

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.196.043 - RS (2017/0264046-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ELISABETH MAUS**  
**ADVOGADOS : ROLF HANSSEN MADALENO - RS011397**  
**KARIN WOLF E OUTRO(S) - RS037739**  
**AGRAVADO : MARILENE SILVEIRA GUIMARAES**  
**ADVOGADOS : GERSON FISCHMANN - RS010495**  
**IEDA LUCI SEHN BERLIM E OUTRO(S) - RS048511**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por ELISABETH MAUS em face da decisão acostada às fls. 982-995 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 898-911 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. HONORÁRIOS DE PROFISSIONAL LIBERAL. CONTRATOS DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA E DESMEMBRAMENTOS. AUSÊNCIA DE CONTROVÉRSIA QUANTO À EXISTÊNCIA DOS CONTRATOS DE HONORÁRIOS COM OUTORGA DE PODERES PARA ATUAÇÃO EM OITO AÇÕES EM NOME DA CLIENTE. REVOGAÇÃO DOS PODERES POUCO ANTES DA EFETIVAÇÃO DE TRANSAÇÃO ENTRE A CLIENTE E O SEU EX- CÔNJUGE NAQUELAS AÇÕES. RUPTURA DA CONFIANÇA NÃO DEMONSTRADA. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DOS VALORES CONTRATADOS NO CASO CONCRETO. CONDENAÇÃO EM HARMONIA COM OS CONTRATOS LIVREMENTE PACTUADOS ENTRE AS PARTES E O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA PROCURADORA POR QUASE SEIS ANOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO.

Nas razões de recurso especial (fls. 916-943 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou o Estatuto da OAB, o Código de Ética e Disciplina, bem como o disposto nos artigos 412 e 413 do Código Civil. Sustenta, em síntese, ser devido o arbitramento proporcional dos honorários contratuais, e não o pagamento integral do valor contratado. Aduziu, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Contrarrrazões às fls. 972-980 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre por aplicação das Súmulas 5 e 7/STJ, bem como por não ter sido demonstrado o dissídio na forma exigida.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 998-1025 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 1033-1036 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. De início, registra-se que o Código de Ética e Disciplina da OAB não se enquadra no conceito de lei federal cuja violação permite a abertura da instância especial.

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CÓDIGO DE ÉTICA DA OAB. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. VALOR. REEXAME DE ELEMENTOS FÁTICOS DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. HONORÁRIOS RECURSAIS. DECISÃO MANTIDA.

1. "Nos termos do art. 105 da Constituição Federal, compete ao STJ uniformizar a interpretação da legislação federal, não se enquadrando no conceito de lei federal resoluções, regimentos internos, normativos etc, incluindo o Código de Ética e Disciplina da OAB" (AgRg no AREsp n. 816.594/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 21/3/2016).

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1190564/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 26/03/2018)

Inviável, assim, o conhecimento do recurso especial por violação ou interpretação divergente ao Código de Ética e Disciplina da OAB.

2. No que se refere ao Estatuto da OAB, a insurgente deixou de apontar os dispositivos tido por ofendidos, limitando-se a afirmar, de forma genérica sua violação.

No entanto, o recurso especial é de fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo se opera tão-somente nos termos do que foi impugnado. Assim, a ausência de indicação expressa de dispositivos legais tidos por vulnerados não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional restou, ou não, malferida.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. SUMULA 7 DO STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. No presente caso, o recorrente não indica o dispositivo legal tido por violado, em relação a condenação por danos morais e necessidade da ação de prestação de contas. Incidência da Súmula 284-STF.

[...]

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1115460/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)

Incidente, portanto, o óbice da Súmula 284/STF.

3. Em relação aos artigos 412 e 413 do Código Civil, que tratam da cláusula penal, evidencia-se a ausência de prequestionamento, uma vez que a Corte de origem não

tratou da matéria, nem implícita, nem explicitamente.

Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, *"para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal."* (AgRg no AREsp 519.518/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 25/05/2018).

No mesmo sentido, citam-se: **AgInt no REsp 1668409/MG**, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 24/05/2018; **AgInt no REsp 1599354/PR**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 30/11/2016; **AgInt no AREsp 1081236/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 05/09/2017.

Assim, uma vez que o Tribunal de origem não proferiu decisão a respeito da controvérsia trazida a esta Corte Superior, não havendo, sequer, interposição de embargos de declaração, é inviável conhecer o recurso especial, uma vez ausente o requisito do prequestionamento, conforme óbice da Súmula 282/STF.

4. Por fim, no que se refere ao dissídio suscitado, observa-se que a recorrente deixou de apontar o dispositivo de lei federal cuja interpretação foi divergente.

Todavia, *"a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que é imprescindível à demonstração do dissídio jurisprudencial a indicação clara e precisa dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria a divergência, sob pena de inviabilizar a exata compreensão da controvérsia, atraindo a aplicação da Súmula nº 284 do STF"* (AgInt no REsp 1735241/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/10/2018, DJe 10/10/2018).

Neste sentido, ainda: **AgInt no AREsp 1264067/MG**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/10/2018, DJe 15/10/2018; **AgInt no AREsp 1295999/SC**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 01/10/2018.

5. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, §11, do CPC/15, deixa-se de majorar os honorários, eis que já fixados no patamar máximo pela origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator